


ruep

Revista UNILUS Ensino e Pesquisa
v. 18, n. 53, out./dez. 2021
ISSN 2318-2083 (eletrônico)

VALESCA BRASIL COSTA

*Universidade Federal de Pelotas, UFPel,
Pelotas, RS, Brasil.*

CHANAUANA DE AZEVEDO CANCI

*Universidade Regional Integrada do Alto
Uruguai e das Missões, Erechim, RS, Brasil.*

*Recebido em dezembro de 2021.
Aprovado em dezembro de 2021.*

O USO DE FONTES HISTÓRICAS NA PESQUISA EM EDUCAÇÃO

RESUMO

Este artigo aborda o uso de fontes históricas na pesquisa em educação, evidenciando o tratamento de análise e de interpretação das informações diante de fontes históricas. Essas fontes, mais do que complementar a revisão bibliográfica, são responsáveis pelo aprimoramento e ampliação das possibilidades investigativas da pesquisa. A ampliação das possibilidades investigativas buscou visitar duas faculdades de direito que desempenharam, ao longo do tempo, papéis significativos na formação de ensino superior. As fontes são instrumentos de poder e de produção de verdades, construindo e desconstruindo fatos, revisitando memórias e narrativas, demonstrando de que forma o trabalho com registros implica na atuação de análise a partir de memórias pessoais e registros profissionais, revisitando a memória e a história, conferindo imortalidade, traduzida em informações que se perpetuam no tempo.

Palavras-Chave: fontes históricas; história da educação; memórias.

THE USE OF HISTORICAL SOURCES IN EDUCATION RESEARCH

ABSTRACT

This article addresses the use of historical sources in educational research, highlighting the treatment of analysis and interpretation of information from historical sources. These sources, more than complementing the bibliographic review, are responsible for improving and expanding the investigative possibilities of the research. The expansion of investigative possibilities sought to revisit two law faculties that played, over time, significant roles in higher education education. Sources are instruments of power and the production of truths, building and deconstructing facts, revisiting memories and narratives, demonstrating how working with records implies the performance of analysis based on personal memories and professional records, revisiting memory and history, conferring immortality, translated into information that perpetuates itself in time.

Keywords: historical sources; history of education; memoirs.

Revista UNILUS Ensino e Pesquisa

Rua Dr. Armando de Salles Oliveira, 150
Boqueirão - Santos - São Paulo
11050-071

<http://revista.lusiada.br/index.php/ruep>
revista.unilus@lusiada.br

Fone: +55 (13) 3202-4100

INTRODUÇÃO

Este artigo aborda o uso de fontes para a elaboração de uma pesquisa em história da educação, desenvolvida em uma primeira fase no Município de Pelotas, estado do Rio Grande do Sul, Brasil, e em um segundo momento em Coimbra e Porto, ambas cidades localizadas em Portugal.

Cabe considerar que no primeiro momento de pesquisa, se fez uma revisão bibliográfica, realizando-se a pesquisa em fontes posteriormente, a fim de que se demonstrasse em um valor colaborativo para o resultado do estudo. Essas fontes foram jornais, atas, entrevistas realizadas com os sujeitos da pesquisa, e todo o tipo de material impresso que contribuísse, estando relacionado com a temática e com o recorte temporal previamente estabelecido.

O objetivo deste texto é justamente focar nas questões que foram surgindo na caminhada do pesquisar, e que, a partir de uma maior maturidade acadêmica, foi possível perceber a riqueza daquele momento, em que o pesquisador se depara com as dificuldades e também descobertas de “tratar” com as fontes de sua pesquisa de campo.

Assim, por ser uma pesquisa em história da educação, considera-se fundamental um estudo prévio sobre as questões que envolveram o método de investigação adotado. Importante observar que se tratou de uma pesquisa relacionada com diferentes áreas, especialmente em se tratando de um momento novo na pesquisa em história da educação. Vivencia-se uma fase de transição em que novas condições já estão se configurando, mas ainda não amadureceram o suficiente para permitir a formulação e sistematização da teoria adequada para compreendê-las e explicá-las.

Para isso, é preciso que se pondere que trabalhos sobre história da educação foram reforçados pela chamada Nova História Cultural, que direcionou o olhar das pesquisas históricas considerando os aspectos sociais, culturais e econômicos de uma sociedade.

Mais recentemente, tanto no Brasil como em outros países, a Nova História e particularmente a Nova História Cultural, tem influenciado os pesquisadores para que investiguem temas antes considerados menos nobres no interior da própria História da Educação. A “revolução” provocada no campo da história, sobretudo pela “Escola dos Annales” e, posteriormente, pelo se convencionou denominar de Nova História, que buscou alargar os objetos, as fontes e as abordagens utilizados buscou alargar os objetos, as fontes e as abordagens utilizados tradicionalmente na pesquisa autobiográfica, aos poucos influenciou os historiadores da educação (LOPES, 2010, p. 39).

A primeira fase da pesquisa, que se constituiu a partir de revisão bibliográfica, abordou obras sobre história da educação, história oral, acesso das mulheres à educação, antropologia e ensino jurídico. É fundamental destacar que essa fase da pesquisa foi de intenso estudo e aprimoramento, haja vista que o pesquisador não era um historiador de formação, necessitando aprender a captar e tratar as fontes de pesquisa. Por se tratar de um estudo teórico, era visível a necessidade de trato diferenciado com os materiais, sentido em cada prática, ao pesquisar em jornais, livros, atas, e também quando se iniciava a montagem dos roteiros para as entrevistas com os sujeitos a serem pesquisados.

Salienta-se, ainda, a importância desse momento da pesquisa, ao passo que foi possível perceber diretamente a força que a memória tem para as pessoas como maneira de manter sempre viva sua própria história de vida. Os gregos há muito tempo já percebiam ao instituir à Deusa Mnemosyne (mãe das musas que protegem as Artes e a História) o poder de conferir imortalidade aos mortais, podendo em suas obras, através de registros, tornar-se memoráveis, não morrendo jamais. “A memória é uma evocação do passado. É a capacidade humana para reter e guardar o tempo que se foi, salvando-o da perda total. A lembrança conserva aquilo que se foi e não retornará jamais” (CHAUÍ, 1997, p. 125).

Já a segunda fase da pesquisa teve como local a Faculdade de Direito de Pelotas, mais especificamente o Centro Acadêmico Ferreira Viana e a biblioteca da mesma

faculdade, além da Bibliotheca Pública Pelotense. Cabe considerar que esse estudo, em um momento mais avançado, foi também desenvolvido nas Bibliotecas Públicas das cidades de Porto e Coimbra, em Portugal.

A TRAJETÓRIA DA PESQUISA EM HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL E EM PORTUGAL: PROCURANDO “PISTAS”

Antes de adentrar especificamente na trajetória metodológica realizada, destaca-se o título acima, em que se utiliza a expressão “pistas”, remetendo e constituiu-se no decorrer da pesquisa em um “olhar detetivesco”, semelhante ao que ocorre prática da área jurídica, de reunir pistas ou argumentos que sirvam para a resolução da tese arguida.

O pesquisar e o encontrar das pistas para a escrita desse trabalho são uma tentativa de “ampliar as possibilidades investigativas”, como sugerem Amaral e Silveira (2012, p. 169):

As inovações nos objetos de pesquisa e a emergência de novos conceitos, voltados para os domínios do cultural, influenciaram os historiadores a ampliar o seu olhar detetivesco sobre a história. Dessa forma, a análise sobre representação, imaginário, narrativa e sensibilidades inseriu-se na história, justamente, para ampliar as possibilidades de compreensão do passado.

Assim, na sequência do texto será trabalhado de maneira mais pontual sobre como foi feito esse estudo em história da educação, em que, por intermédio do uso de jornais, atas, documentos encontrados na pesquisa de campo, e entrevistas à acadêmicos egressos dos dois cursos de Direito, se revisitou a memória e a história de duas Faculdades de Direito, que desempenharam (e desempenham) papel importante em seus países de origem, Brasil e Portugal.

História cultural e memória

Muitas foram as transformações sofridas pelas posições interpretativas da história, ao deparar-se com Marxismo e com os Annales; e é desses últimos que se partirá, uma vez que é de tal escola que surgirá a “História Cultural”. A Escola dos Annales como método historiográfico foi um passo importante na pesquisa, uma vez que visava superar o positivismo e considerar, sobretudo, as transformações sociais. Isso que constitui um salto considerável possibilitando que muitos, até então excluídos das pesquisas, como velhos, crianças, negros, mulheres, se tornassem foco principal.

Para o campo da educação a contribuição dessa nova forma de encarar objetos e fontes foi de grande relevância, como bem recorda Hunt (1992, p. 2):

Na história, o avanço para o social foi estimulado pela influência de dois paradigmas de explicação dominante: o marxismo, por um lado, e a escola dos ‘Annales’, por outro. Embora dificilmente se pudesse considerar o marxismo como novidade nas décadas de 1950 e 1960, estavam vinculados, a primeiro plano, dentro daquela modalidade explicativa [...].

Nas décadas de 1960 e 1990 do século XX, os estudos da cultura cotidiana e dos fatos sociais do dia a dia se tornariam mais palpáveis aos olhos da antropologia, de maneira que tanto a história contribuiu para antropologia como o contrário também aconteceu, constituindo-se em outro campo fundamental para os estudos na perspectiva da história cultural.

Para entender os matizes e o entrelaçamento dessas disciplinas é importante destacar que, entre as décadas de 1950 e 1960, os sociólogos começaram a reconhecer a importância dos documentos históricos em suas investigações. Esse aspecto foi determinante para que a história e a sociologia iniciassem um processo que culminou com a celebração da integração desses dois campos disciplinares.

Desta maneira, a aproximação da história com a sociologia e da sociologia com a história contemplou também a pesquisa de viés antropológico pela história, elemento

importante para identificar e compreender os modos como os sujeitos adquirem ou não seu protagonismo social e histórico. Para Le Goff, em sua obra intitulada “A História Nova”,

esse diálogo privilegiado da história com a antropologia não deve esquecer o esforço da história nova para melhor entabular o diálogo com outras ciências humanas. A escola francesa de sociologia de Durkheim exercera uma inegável influência sobre os ‘Annales’, quando do nascimento destes (LE GOFF, 2012, p. 46).

O modo interdisciplinar de construir metodologicamente uma teoria que contemplasse questões sociais em relação à perspectiva cultural teve grande contribuição, a partir do final da década de 1980, com os estudos de Lynn Hunt. No caso mais específico desse estudo, da obra “A nova História Cultural”, que consegue explicar este período de transição de uma História Marxista para a Nova História Cultural, como se percebe abaixo:

Com essa inspiração os historiadores das décadas de 1960 e 1970 abandonaram os mais tradicionais relatos históricos de líderes políticos e instituições políticas e direcionaram seus interesses para as investigações da composição social e da vida cotidiana de operários, criados, mulheres, grupos étnicos e congêneres (HUNT, 1992, p. 2).

Além da forte influência da antropologia, a relação com a construção de uma história social que transcendesse a visão essencialista favoreceu estudos que atribuíram outra forma para a cultura social, reconstruída pelo olhar investigativo do pesquisador. A História Cultural passou a dedicar-se a um estudo mais eclético, mais aberto no estudo da sociedade, emergindo temáticas até então ignoradas, como, por exemplo, o estudo dos excluídos e das mulheres, aspecto já superado, visto que nos dias atuais essa abordagem, em princípio estigmatizadas, foi ampliada em todos os sentidos.

Mesmo que a sociologia possa ser definida como um estudo da sociedade humana com ênfase na generalização da sua estrutura e a história como o estudo das sociedades humanas, com ênfase nas diferenças entre elas, entende-se que “[...] nas mudanças verificadas ao longo do tempo em cada uma, as duas abordagens são obviamente complementares” (BURKE, 1980, p. 9), utilizando-se, neste trabalho, sob uma perspectiva interdisciplinar.

Fischer (2005) elucida que esse caráter interdisciplinar é tarefa complexa e atenta para o desafio do pesquisador em estar vigilante para a construção de uma análise coesa e que possa permitir as “pontes entre as disciplinas afins”, como bem definido a seguir:

[...] na medida em que a história, enquanto disciplina, se abria para novos objetos (alguns sequer antes imaginados como possíveis ou relevantes de serem estudados) e para múltiplas possibilidades de análise, ela aparentava certa fragilidade aos olhos da academia dita científica. Por outro lado, ao construir pontes com disciplinas afins, corria o risco de provocar alguns conflitos e incompreensões entre os próprios pares. Assim, como muito apropriadamente afirma Burke (1992, p. 35), ‘os historiadores econômicos são capazes de falar a linguagem dos economistas, os historiadores intelectuais, a linguagem dos filósofos, os historiadores sociais, os dialetos dos sociólogos e antropólogos sociais, mas estes grupos de historiadores estão descobrindo ser cada vez mais difícil falar um com o outro’ (FISCHER, 2005, p. 256).

Na tentativa de “fazer falar um com o outro”, como argumenta Fischer (2005), apoiada em Burke (1992), é que se construiu a análise da situação social dos estudantes de Direito, fosse inicialmente com a realidade da cidade de Pelotas, fosse posteriormente com a da cidade de Coimbra, de maneira que foram utilizando-se alguns conceitos de Bourdieu, buscando justamente praticar sua proposta quando o próprio autor francês, ao migrar da Filosofia para a Sociologia, procurou sair de um diálogo metafísico para a visão mais prática das relações humanas e sociais.

A temática da memória foi, inicialmente, campo dos poetas e, a partir do século V a. C., dos historiadores e dos filósofos gregos. Naquela sociedade de fundamento mito-poético, o aedo desempenhava esse papel. Era quem, através das musas inspiradoras, resgatava a memória e sua importância. A memória era sacralizada. A palavra poética

enunciada construiu verdades dentro da dimensão do tempo mítico, diferenciando-se do tempo cronológico (FÉLIX, 1998).

A memória, supondo a presença de um ausente, continuará sendo ponto de união entre passado e presente no difícil diálogo entre o mundo dos mortos e o dos vivos (DOSSE, 2004). Ou seja, a evocação da memória é sempre influenciada pelas experiências acumuladas dos sujeitos, portanto, passíveis de esquecimentos e invenções, como assinalam Souza e Grazziotin (2012).

A História Cultural, neste estudo, contemplou a chamada “memória cultural”, de maneira que a memória necessitou do olhar do investigador, e com elas produziu-se uma narrativa histórica, desconstruindo e reconstruindo o passado, como argumentam Souza e Grazziotin (2013). A memória aqui é entendida como uma construção social coletiva que depende do relacionamento, posição e papéis sociais dos sujeitos com o mundo da vida. Desse modo, a memória é coletiva, e nessa memória o indivíduo apresenta sua posição individual dos fatos vividos, mas ela se dá na interação entre os sujeitos de uma comunidade de memórias, cuja experiência vivenciada entre eles representa essa coletividade (SOUZA, 2012).

A memória coletiva é uma das contribuições de Halbwachs (1990), e mesmo que o próprio autor reconheça a imprecisão quanto à distinção entre memória coletiva e individual, a distinção relevante é a de que quando se opta pela reconstrução de grupos sociais, “[...] a memória coletiva seria interna aos grupos sociais, apresentando continuidade e densidade [...]” (SOUZA, 2012, p. 70), servindo também para elucidar os fatos que caracterizam uma parte maior e mais complexa, em alguns casos como aquelas de caráter nacional.

No século XX, a memória passou a ser importante objeto de reflexão nas ciências humanas. A problemática multifacetada que a análise das memórias individuais e coletivas envolve está associada em larga escala ao nome de dois pesquisadores que se constituíram em matrizes e referências para os estudos que têm se desenvolvido na área. Referimo-nos a Maurice Halbwachs (1990) e Michel Pollak (1989).

Entre eles é preciso recuperar o argumento de Pollak (1989), de que nem tudo fica na memória, e nem tudo é passível de ser captado e armazenado na memória; a memória é seletiva. Na memória são armazenados, embora muitas vezes de maneira distorcida, lembranças, pessoas e sentimentos que ajudaram a compor aquela cena que ficou registrada na mente de maneira pretensamente inalterada enquanto evocação do passado.

A escrita do trabalho acadêmico que buscou visitar as memórias de alunos egressos da Faculdade de Direito de Pelotas e de egressos da Faculdade de Direito de Coimbra, manteve viva a memória daqueles que fizeram a sua história e a história destas instituições no sentido de conhecer, reconstruir e compreender a condição coadjuvante desses egressos e seu envolvimento nos respectivos países estudados.

Para entender essa vida em sociedade dos sujeitos pesquisados, e para proceder de uma forma sistemática, organizou-se em duas grandes etapas a investigação: a primeira que aconteceu no Brasil, mais especificamente em Pelotas e com alunos graduados na Faculdade de Direito de Pelotas (que hoje pertence à Universidade Federal de Pelotas); e a segunda, cuja pesquisa de campo desenvolveu-se em Portugal, na Faculdade de Direito de Coimbra, por sua vez, em Coimbra e também na cidade do Porto.

Assim, para trabalhar com os sujeitos dessa pesquisa, optou-se por usar como instrumentos de pesquisa questionários e entrevistas, momento que será melhor estudado na sequência.

Usando questionários e entrevistas no Brasil e em Portugal

É fundamental destacar que ainda no início desse trabalho se justificou a importância dessa escrita, uma vez que na elaboração da pesquisa a interdisciplinaridade no uso das fontes, embora tenha exigido muita pesquisa antes de aplicar efetivamente a

metodologia, se mostrou um momento extremamente rico. Assim, a escrita desse estudo se dá justamente na busca por demonstrar essa caminhada e ser útil a futuros estudos.

Para isso, esta seção está organizada em duas partes: a primeira, que detalha as etapas que envolveram aplicação de questionários, e, posteriormente, a que descreve as entrevistas de história oral discriminando como foram realizadas com os sujeitos desse estudo.

Quando se fala em pesquisa com uso de questionários e entrevistas é fundamental considerar o tipo de pesquisa que se optou em desenvolver, pois vários são os cuidados que o pesquisador precisa tomar no sentido de não potencializar as pequenas diferenças, mas na tentativa de uma análise do que ambos os grupos possam ter em comum. Na consulta aos arquivos da Faculdade de Direito, em Pelotas, localizou-se a relação de egressos que poderiam contribuir com o período selecionado para o estudo.

Assim, a próxima etapa foi a elaboração de um questionário com perguntas fechadas, dividido em duas partes. É interessante destacar, que o objetivo do questionário era justamente observar as origens socioeconômicas, sua bagagem cultural e a dinâmica do sujeito da pesquisa dentro da sociedade como aluno e posteriormente como profissional egresso da Faculdade de Direito de Pelotas e também de Coimbra.

Depois de selecionados os sujeitos com os quais seria aplicado o questionário, a etapa seguinte foi do contato e entrega da carta convite da pesquisa, de maneira que se obtiveram alguns contatos telefônicos, solicitando passar em seus escritórios para falar sobre a pesquisa e deixar o primeiro instrumento de pesquisa, o questionário.

Para analisar estes questionários foi utilizado como critério a origem social, o acesso ao capital cultural e a dinâmica social como aluno e posteriormente como profissional do campo jurídico. Como resultado dessa etapa, selecionaram-se egressos que estavam dispostos a contribuir para o estudo e que tiveram mais destaque no cenário jurídico e político pelotense naquele período, correspondente ao recorte temporal a que se dedicava a pesquisa.

Após este primeiro contato, foi encaminhado o questionário para preenchimento, indo sempre pessoalmente entregá-lo para dar mais credibilidade ao trabalho, o que também se configurou como um primeiro contato com os sujeitos entrevistados. Entretanto, um par dos entrevistados achou que o questionário de certa maneira poderia expô-los, que investigava demais seu passado, que era muito extenso e cansativo, assim, a maioria respondeu, outros responderam, mas não muito à vontade, e um par deles negou-se a respondê-lo.

A fase a seguir foi selecionar alguns dos egressos e fazer entrevistas. Um dos critérios da seleção foi sua provável relevância para a história daquela instituição em determinado recorte temporal.

Na história oral destaca-se que sua repercussão se deu nos últimos dois séculos, em especial quando deu voz àqueles que durante muito tempo não foram considerados. Passou a ganhar vez e, conseqüentemente, tornou-se necessário também que o estudo, bem como a maneira de captação e armazenamento deste material, fosse tomando espaço.

O uso difundido da expressão “História Oral”, tanto quanto do gravador – que só foram aparecer no começo da década de 1960 (THOMPSON, 1992, p. 85) – ou ainda, de aparelhos tecnologicamente mais atuais, tem contribuído para a elaboração de uma nova escrita da história; no caso dessa pesquisa, de uma história da educação que talvez não emergisse se utilizadas apenas as fontes impressas e/ou documentos oficiais.

Como argumenta Thompson (1992), a utilização de fontes de outra natureza e o cotejo dessas fontes entrecruzando-se, permitem uma riqueza de informações que, diante da análise e teoria aplicada, possibilitam construir com mais consistência o objeto investigado.

Quando se trata de história oral, está se trabalhando diretamente com uma noção de memória, pois de nada é a narrativa oral sem o sustento da memória. Como

adequadamente lembra Thompson (1992, p. 197), toda a fonte histórica derivada da percepção humana é subjetiva, “mas apenas a fonte oral permite-nos desafiar essa subjetividade: descolar camadas de memória, cavar fundo em suas sombras, na expectativa de atingir a verdade oculta”. Como pesquisador, foi preciso ir além, ter claro que aquele que conta, que revisita sua memória, está de certa maneira impregnado pelos fatos mais atuais de sua vida, de seu cotidiano.

Tal fato levou a observação de que são necessários certos cuidados e, fazer, sempre que possível, uma leitura para além daquilo que foi narrado, pois a metodologia aqui construída entrecruza fontes. A História Oral é “alinhavada” com a consulta de fontes escritas, amparada em documentos das instituições envolvidas e em jornais da época, como já mencionado anteriormente.

Retornando às entrevistas, utilizou-se a “semiestruturada”, pois possibilita ao pesquisador identificar melhor as condições em que os fatos narrados se deram, bem como captar emoções que se perdem na degravação do material. No contato direto com o pesquisado se elucidam os fatos da melhor maneira possível, bem como se pode indagar e ir mais a fundo em determinado ponto ou esclarecer melhor alguns fatos. Tudo isso, com a finalidade de registrá-los para preservar o passado, conforme considera Amado (1995, p. 134):

Penso que entrevistas podem e devem ser utilizadas por historiadores como fontes de informações. Tratadas como qualquer documento histórico, submetidas contraprovas e análises, fornecem pistas e informações preciosas, muitas inéditas, impossíveis de serem obtidas de outro modo.

E assim, a entrevista ganhou espaço de destaque nessa pesquisa, exigindo um nível de estudo e comprometimento cada vez maior do pesquisador, para que se pudesse diminuir a distância entre entrevistador e entrevistado, sem perder o profissionalismo exigido para tal. Chegou-se aos sujeitos que seriam entrevistados por meio de indicações de um ao outro e assim por diante, configurando o que chama Fischer (2011), de método da “bola de neve”, que consiste em um sistema de indicação para a realização.

Quanto à construção do roteiro da entrevista semiestruturada com questões que pretendiam fazer o entrevistado revisitar suas memórias, de maneira que abordassem questões relativas sobre sua origem social, os motivos que o levaram a optar pelo curso de Direito, as principais lembranças do período em que foi aluno da respectiva Faculdade de Direito, as dificuldades encontradas na carreira jurídica, sua participação em movimentos que estivessem ligados com atividades políticas naquele período de transição política e as consequências de suas opções políticas na carreira jurídica e na vida pessoal.

O objetivo desse esquema de questões que norteavam as entrevistas foi justamente manter uma linha de pensamento que conduzisse o roteiro de perguntas encadeadas como em uma sequência, tanto para aquelas realizadas no Brasil quanto para as realizadas em Portugal, de maneira que, apesar de permitir que o entrevistado trouxesse à entrevista o máximo de informações conforme fossem aflorando em sua memória, de que fossem abordados todos os pontos necessários para o estudo, sem perder o foco e a linha de raciocínio.

Assim, optou-se por entrevistas com um roteiro previamente estabelecido, buscando seguir uma ordem cronológica do acontecimento dos fatos na vida dos entrevistados, permitindo que eles discorressem sobre os fatos conforme emergiam em sua memória. Contudo, com o propósito de seguir uma ordem, isso porque, como se aprende com o decorrer de algum tempo fazendo entrevistas, a memória surge na maioria das vezes com certo desvio linear do tempo e dos fatos ocorridos, em especial com pessoas de idade mais avançada.

Outra observação importante foi o modo de elaboração, anterior à entrevista, de um pequeno roteiro com perguntas prévias; assim, quando chegava o momento da entrevista, localizava-se o entrevistado e se fazia a entrega da carta de apresentação, na qual constavam os dados do pesquisador, orientador, título e motivo da pesquisa,

esclarecendo-lhe sobre a instituição de origem e o objetivo do estudo que vinha sendo realizado.

Desta forma, iniciava-se a entrevista como uma conversa informal que ia norteando o entrevistado pelas perguntas, além de contribuir para a promoção de uma aproximação entre o entrevistador e o entrevistado. Como ressaltam Grazziotin e Almeida (2012, p. 36), “O trabalho com História Oral exige conhecimento de quem se propõe a fazê-lo. Soma-se a isso, cumplicidade, escuta sensível e respeito à fala do outro. A História Oral é um dos meios que promovem aproximações entre História e Memória”.

No momento da entrevista, há entre entrevistado e entrevistador certa cumplicidade, pois as memórias dos entrevistados serão, de certa maneira, despidas. O papel do pesquisador não é só procurar expor as memórias do entrevistado, mas deve ir além; precisa ser solidário naquele momento que, para muitos, não tem um grau maior de importância, contudo, para quem trabalha com história oral pode ser o momento fundamental de descoberta e análise. Com isso em mente, sempre se buscou em conversa preliminar com o entrevistado demonstrar o quanto era valiosa sua entrevista, e que ao contrário do que muitos alegavam, visitar sua memória e contar sua história era muito importante, conforme bem observado por Tomson (1997, p. 59):

Alguns deles resistiam ao meu questionamento temático... Outros recebiam bem as novas perguntas e a oportunidade de discutir e recordar de uma forma diferente. Meu interesse e minhas perguntas sugeriam que aspectos de sua vida – sobre os quais antes talvez tivesse sido difícil falar – eram de importância histórica e, em certos casos ajudavam a reafirmar o valor daquelas lembranças.

É de se destacar que, um passo muito importante antes da entrevista está em “garimpar” informações sobre o sujeito que será entrevistado, bem como sobre a situação social da época. Assim, uma prática muito importante nesse momento é a pesquisa de jornais do período, pois eles remetem à localização histórica dos fatos.

O momento da entrevista cria o espaço para o entrevistado expor suas memórias, material que será chave para a elaboração do trabalho pesquisado. Nesse momento, toda a habilidade do entrevistador é pouca para captar o máximo de informação para seu trabalho (THOMPSON, 1992).

O registro da entrevista acompanhado de um caderno de apontamentos, uma espécie de “Diário de Campo”, foi um grande aliado para capturar os gestos, os silêncios, os detalhes que permitiram compreender e clarear os depoimentos no momento da gravação, também chamada de transcrição. Nesse caderno, eram anotados os nomes dos sujeitos entrevistados e seus telefones e endereços. Além disso, ter adotado um “diário de campo” foi importante porque ali, sem que o entrevistado percebesse, eram também apontadas certas emoções e observações que a entrevista proporciona captar.

Salienta-se que o momento das entrevistas se mostrou rico, pois trouxeram relatos especiais de sujeitos que, revisitando suas memórias, contribuíram para que não fosse apagada a história de duas Faculdades de Direito com importância não só local, mas global, no caso da Faculdade de Direito de Pelotas, no Brasil, e da Faculdade de Direito de Coimbra, em Portugal.

O uso de jornais e recolha de documentos no Brasil e em Portugal

Quanto ao tratamento dado à pesquisa com jornais, focou-se a procura em notícias que falassem especificamente sobre a participação dos alunos das Faculdades de Direito de Pelotas e de Portugal em atividades relacionadas com o momento de movimentação política em dado recorte temporal em cada um dos países. Fischer (2005), alerta quanto ao uso de fontes jornalísticas, quando se deve considerar que os jornais representam uma fonte envolvida em “jogos de poder”, passíveis de invenções, sendo uma representação construída do real vivenciado. A mesma autora ainda acrescenta que “[...] o poder da imprensa parece definir o que é preciso que seja dito, o que é preciso que seja

acreditado, o que precisa ser feito. Toma lugar neste espaço um imenso discurso da ordem, uma espécie de ortodoxia” (FISCHER, 2005, p. 72).

O Jornal Diário Popular, Jornal que data há 120 anos na cidade de Pelotas e é atualmente o mais antigo do Rio Grande do Sul, encontrava-se, em sua maior parte, bem conservado na Bibliotheca Pública de Pelotas, armazenado em prateleiras adequadas e protegido com aparelhos desumidificadores de ar, pois a umidade no município é elevada, o que deteriora rapidamente os jornais, e qualquer outro tipo de documento. Cabe ainda dizer que os jornais estavam organizados por ano, facilitando o acesso e a consulta. A circulação do jornal “Diário Popular” é diária, cabendo considerar que foram consultados jornais desde o início do ano de 1960, até o final de 1965, na busca por notícias que estivessem relacionadas com a Faculdade de Direito de Pelotas e com alunos ou membros daquela faculdade.

Não se pode deixar de registrar que a pesquisa em jornais a princípio parecia algo monótono, mas mostrou-se instigante. Foi, assim, preciso aprender a lidar com os jornais e foi se tornando uma atividade motivadora, pois aos poucos se ia reconstruindo a história da cidade de Pelotas e da sua comunidade jurídica.

Da mesma maneira se deu o processo de pesquisar em jornais de Portugal; aqui a pesquisa documental envolveu acesso a mais de um periódico, e também a investigação realizada nas Bibliotecas Municipal de Coimbra e Municipal Almeida Garret, da cidade do Porto.

Na biblioteca de Coimbra foi consultado o jornal “Diário de Coimbra”, considerando o fato de ser o jornal da cidade em que estava instalada a Faculdade de Direito pesquisada em Portugal. O objetivo era identificar nas narrativas jornalísticas como os efeitos do cenário político de Portugal haviam repercutido na cidade. As notícias que interessaram foram àquelas relacionadas com a Faculdade de Direito e com alunos ou membros da instituição, sempre tendo em vista que a pesquisa em jornais guarda em si uma intencionalidade, como argumenta Hunt (1992, p. 18), em que “os documentos que descrevem ações simbólicas do passado não são textos inocentes e transparentes; foram escritos por autores com diferentes intenções e estratégias, e os historiadores da cultura devem criar suas próprias estratégias para lê-los”.

Ainda sobre o jornal “Diário de Coimbra”, cuja circulação é diária nesta cidade, foram consultadas edições do início do ano de 1973 até o final de 1974, isto porque a intenção era observar o cenário político social de Coimbra e Portugal antes da Revolução dos Cravos de 1974 e a situação posterior. Para Coimbra, o critério de análise das notícias foi que seu conteúdo estivesse relacionado com a Faculdade de Direito de Coimbra e com alunos ou membros daquela faculdade.

Os jornais das duas bibliotecas portuguesas se encontravam em estado considerado bom, com o desgaste natural do tempo e do manuseio dos usuários. Entretanto, é importante salientar que o acesso ao material é um pouco mais rigoroso do que em Pelotas, exigindo que o pesquisador seja associado e os jornais não ficavam expostos diretamente nas prateleiras, e sim, guardados em sala separada da de manuseio, o que ocorre, provavelmente, pelo fato de serem bibliotecas maiores e com maior fluxo de pessoas.

Ao utilizar os documentos de fundo jornalístico, a narrativa é desconstruída para posteriormente ser reorganizada, selecionada e apresentada de outra maneira, para que seja possível cotejá-la com as questões de pesquisa. Nas palavras de Le Goff (2012, p. 548):

O documento é um monumento. Resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro-voluntária ou involuntariamente determinada imagem de própria. Produto de um centro de poder, de uma senhoria quase eclesiástica, social, jurídica, política, cultural, mas, sobretudo enquanto instrumento de poder.

Isso exige uma postura vigilante e disciplina para compreender os jogos de poder e o aspecto tendencioso do que era “permitido” noticiar sobre o cenário político,

pois a prática da leitura de jornais agrega ao capital cultural, como um instrumento de poder.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O uso de fontes em pesquisas de história da educação vai além de um complemento à revisão bibliográfica, agregando um valor colaborativo para a compreensão de determinado tema de estudo.

Assim, o uso diretamente das fontes, ultrapassando a revisão bibliográfica apoiada nos livros, permite compreensões de outras tantas perspectivas, fazendo com que o pesquisador se depare com adversidades e descobertas no decorrer da pesquisa, que não seriam viáveis apenas pela leitura e interpretação do texto tradicional.

O aprimoramento do estudo teórico a partir das fontes exige uma preparação e conhecimento prévio do pesquisador para que compreenda que o tratamento das informações que partem desses dados é diferenciado daquele obtido na revisão bibliográfica. Trabalhar com registros implica na atuação de análise a partir de memórias pessoais e registros profissionais, que conferem resgate e imortalidade, traduzidos em informações que se perpetuam no tempo.

A ampliação das possibilidades investigativas buscou revisitar a história e a memória de duas faculdades de direito que desempenharam ao longo do tempo papéis significativos na formação de ensino superior, especialmente na área do direito em seus países.

Assim, ao se chegar neste momento do trabalho, é possível identificar e reconhecer como as fontes trabalham enquanto instrumentos de poder, de produção de verdades, construindo e desconstruindo fatos, revisitando memórias e narrativas nas mais diversas esferas.

REFERÊNCIAS

- AMADO, J. O grande mentiroso: tradição, veracidade e imaginação em História Oral. História. São Paulo, n. 14, p. 125-136, 1995.
- AMADO, J.; FERREIRA, M. M. (coords.). Usos e abusos da História Oral. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.
- AMARAL, G. L.; SILVEIRA, J. A. Os bastidores de uma pesquisa em história da educação: a Faculdade Católica de Filosofia de Rio Grande/RS. Conjectura. Caxias do Sul, v. 17, n. 2, p. 166-182, maio/ago, 2012.
- BOURDIEU, P. A dominação masculina. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.
- BOURDIEU, P. Esboço de auto-análise. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- BOURDIEU, P. Homo academicus. Tradução de Ione Ribeiro Valle e Nilton Valle. 2. ed. Florianópolis: UFSC, 2013.
- BOURDIEU, P. Los herederos: los estudiantes y la cultura. 2. ed. Buenos Aires: Siglo XXI, 2009.
- BOURDIEU, P. O diploma e o cargo: relações entre sistema de produção e o sistema de reprodução. In: NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. M. Pierre Bourdieu, escritos de educação. 12. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2011, p. 127-144.
- BOURDIEU, P. O poder simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- BOURDIEU, P. O poder simbólico. Tradução de Fernando Tomaz. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

- BOURDIEU, P. Os três Estados do Capital Cultural. In: NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. M. Pierre Bourdieu, escritos de educação. 12. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.
- BOURDIEU, P.; CHARTIER, R. O Sociólogo e o Historiador. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira e Jaime A. Clasen. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.
- BOURDIEU, P.; PASSERON, J. A reprodução: elementos de uma teoria do sistema de ensino. Tradução de Reynaldo Bairão, revisão de Pedro Benjamin Garcia e Ana Maria Beta. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.
- BURKE, P. História e Teoria Social. Tradução de Klaus Brandini Gerhardt e Roneide Majer. São Paulo: UNESP, 2002.
- BURKE, P. (org.). A escrita da História: novas perspectivas. São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 1992.
- BURKE, P. O que é História Cultural? Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- BURKE, P. Sociologia e História. Porto: Litografia Ach. Britto, 1980.
- CHAUÍ, M. Convite à filosofia. Ed. Ática, São Paulo, 1997.
- DOSSE, F. História e Ciências Sociais. Tradução de Fernanda Abreu. Bauru, SP: Edusc, 2004.
- FÉLIX, L. O. História e Memória: uma problemática de pesquisa. Passo Fundo: Universitária, 1998.
- FISCHER, B. T. D. (org.). Tempos de escola: memórias. São Leopoldo: Oikos, 2011. v. II.
- FISCHER, B. T. D. Professoras: histórias e discursos de um passado presente. Pelotas: Seiva, 2005.
- GRAZZIOTIN, L. S. S.; ALMEIDA, D. B. Romagem do tempo e recantos da memória: reflexões metodológicas sobre história oral. São Leopoldo: Oikos, 2012.
- HALBWACHS, M. A Memória Coletiva. São Paulo: Vértice; Revista dos Tribunais, 1990.
- HUNT, L. A nova história cultural. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- LE GOFF, J. História e memória. Tradução de Bernardo Leitão [et al.]. 6. ed. Campinas, SP: UNICAMP, 2012.
- LOPES, E. T.; FARIA FILHO, L.; VEIGA, C. G. (orgs.). 500 anos de educação no Brasil. 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.
- POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.
- SOUZA, J. E. Memórias de professores: histórias de ensino em Novo Hamburgo/RS (1940/2009). Porto Alegre: Evangraf, 2012.
- SOUZA, J. E. Memórias evocadas: imagens recompondo as aulas isoladas em Novo Hamburgo/RS (1913 a 1952). Aedos. Porto Alegre, v. 4, n. 11, p. 652-674, set, 2012.
- SOUZA, J. E.; GRAZZIOTIN, L. S. S. Um modo de ser professora primária: notas de trajetória docente de Telga Bohrer. Cordis História e Literatura. São Paulo, n. 10, p. 285-309, jan/jun, 2013.
- THOMPSON, P. A voz do Passado. São Paulo: Paz e Terra, 1992.
- TOMSON, A. Recompondo a memória: questões sobre a relação entre a história oral e as memórias. Projeto História. São Paulo, n. 15, p. 52-84, abr, 1997.